

Crescer ou estabilizar, eis a questão

LÉA CRISTINA

Dez entre dez economistas de diferentes correntes entendem que o crescimento que o país está apresentando



é incompatível com a estabilização. Enquanto a equipe econômica se mantém dividida sobre adotar ou não novas medidas anticonsumo, oito desses analistas pedem mais aperto no crédito, via redução nos prazos dos consórcios ou aumentos de compulsório. Há quem entenda que é preciso tributar a renda ou ao menos dar sinais de que a reforma fiscal será feita. O argumento é o mesmo: sem poder ameaçar com as importações — contidas devido aos déficits comerciais — o Governo precisa segurar o consumo para evitar que a inflação volte a incomodar.

Mas quando se pergunta se é preciso chegar à recessão para manter a economia equilibrada, a maioria diz que aí seria demais. Inflação de 30% a 40% em 1995 é compatível com um crescimento de até 3% do PIB, na média das opiniões. O que não dá mesmo é para sonhar em estabilizar a economia com crescimento de 7% a 8%, como o Governo disse que aconteceria, antes da crise mexicana. As projeções atuais para o crescimento do PIB em torno de 5% também são considerados acima do recomendável. Isto sem esquecer que, inflação de 40% no ano, é alta demais para um "país que pretende a estabilidade", diz o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso.

Curiosamente, economistas mais ligados às reivindicações de trabalhadores — como José Márcio Camargo e Edward Amadeo, ambos da PUC — defendem a recessão, enquanto outros

mais conservadores — como os ex-ministros Mailson da Nóbrega e João Paulo dos Reis Velloso — estão contra ela.

O ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni também se diz contrário à recessão. Mas a medida preferida por ele para conter a atividade econômica destoa da maioria: aumento do IR. Como o economista da UFRJ Claudio Contador, Langoni afirma que um aumento de taxas de juros seria inócuo.

— A forma de reduzir o consumo no momento é tributação da renda. Tanto da pessoa física, quanto da jurídica — acentua Langoni.

Mailson da Nóbrega é o único, entre os dez, que acha que talvez as medidas adotadas até aqui sejam suficientes. Que a equipe deve mesmo esperar para fazer uma avaliação. Além do que, sem a reforma fiscal, diz, o Governo não teria mais instrumentos para modificar o cenário que ele acredita estar traçado para o país em 1995.

— O ano está com cara de inflação entre 30 e 40%, crescimento de 4% e saldo comercial de US\$ 5 bilhões. Tentar mais do que isso é muito complicado. Isso já seria uma vitória.

A grande maioria volta a insistir na necessidade de o Congresso fazer a reforma constitucional para que o Governo possa equilibrar suas contas. Sem isso, reafirmam os analistas, o país não tem como se estabilizar: a União continua endividada, sem meios de usar instrumentos básicos de política econômica. Para o economista Luiz Roberto Cunha, da PUC, o Governo precisa convencer a sociedade de suas convicções:

— O Governo tem medo de dizer que a estabilidade corre riscos. É preciso perder o medo e deixar isso bem claro para a sociedade a real necessidade de se fazer as reformas.



André Durão (11-06-91)

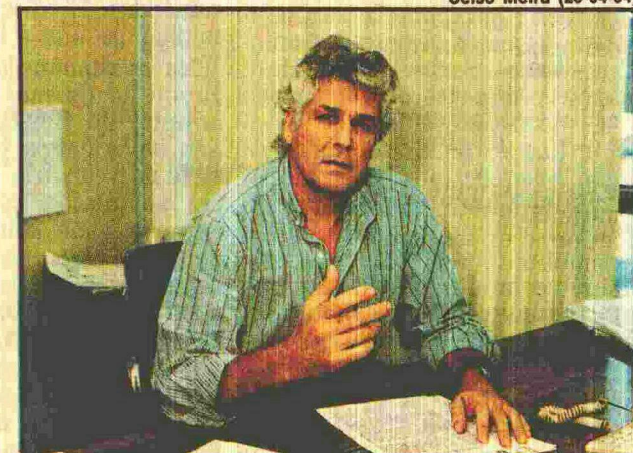
Carlos Langoni: controle de crédito só desaquece consumo setorialmente

“Será preciso fazer novo ajuste cambial e conter o crescimento”

Carlos Langoni
Ex-presidente do BC

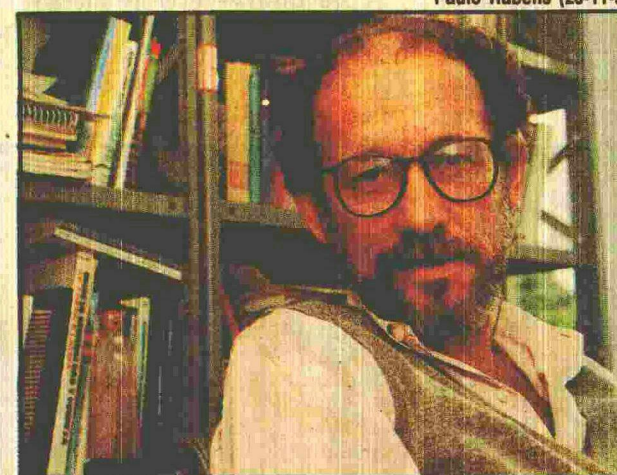
“É necessário que a taxa de crescimento caia para menos de 3%”

Cláudio Considera
Economista do Ipea



Celso Meira (29-04-94)

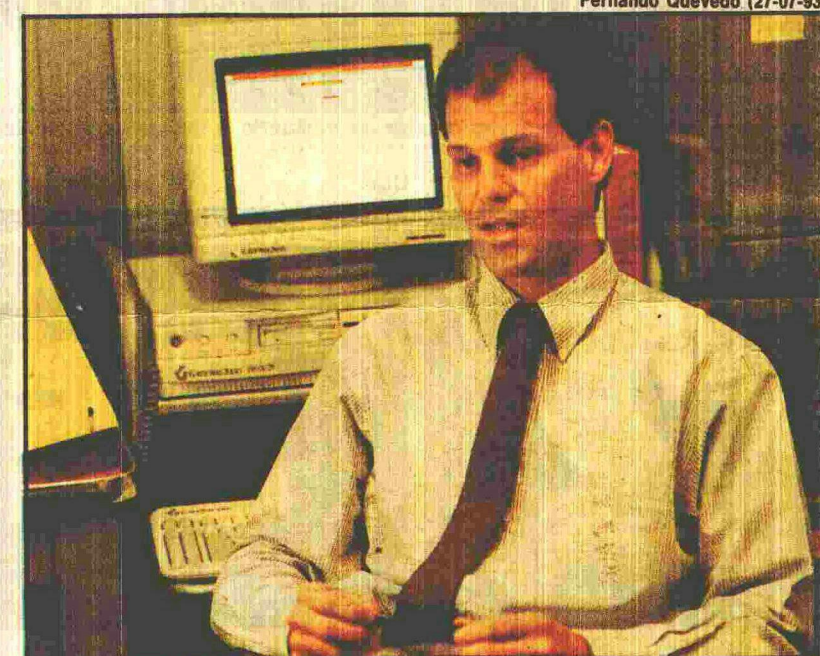
Considera:
estabilização
depende de
crescimento
menor



José Márcio
Camargo:
importar
não é bom
instrumento

“É preciso fazer uma restrição da demanda, para não aquecer os preços”

José Márcio Camargo
Economista da PUC



Fernando Quevedo (27-07-93)

Edward Amadeo: “Desde o início do Real era preciso buscar a recessão”

“Estabilizar a economia e fazê-la crescer ao mesmo tempo é um erro”

Edward Amadeo
Economista da PUC